

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Adha de São Paulo

Class.: Diritos Indígenas

Data: 4 de abril de 1984

Pg.: DIN R 0060

### Ato denuncia política contra o índio

Entidades civis de proteção ao índio, culturais e científicas, vários políticos e intelectuais estão repudiando a disposição do governo de considerar o índio como "incapaz", conforme o previsto no anteprojeto do Código de Processo Civil, que atualmente tramita no Congresso. A medida, se aprovada, retirará do indígena uma série de direitos civis, entre eles, o direito de manifestação, de organização e, conseqüentemente, de representação judicial.

Para discutir essa questão e também denunciar a escalada de violências contra as lideranças indígenas, ao lado da omissão das autoridades responsáveis, as entidades realizaram um ato público — "A Política contra o Índio" — ontem à noite, no auditório do Masp, que reuniu aproximadamente 500 pessoas. O evento também teve o objetivo de manifestar solidariedade e apoio político às lideranças indígenas que estão em Brasília reivindicando seus direitos junto ao Ministério do Interior.

Segundo Eunice Durhan, da Associação Brasileira de Antropologia, "a atitude do governo em alterar a legislação surge justamente num momento em que os índios e a sociedade civil têm adotado instrumentos jurídicos para a defesa dos interesses das nações indígenas, pelo fato de a Funai não ter agido, como seria de seu dever, no tratamento de

várias questões, como por exemplo, os litígios decorrentes da demarcação de terras, entre outros".

A advogada Eunice Paiva, da Comissão Pró-Índio, disse que o dispositivo que prevê a qualificação do índio como "incapaz" o equipara aos menores de 16 anos e aos doentes mentais. Atualmente o índio é considerado como "relativamente capaz", condição que lhe confere o direito à manifestação, à organização, além da proteção e assistência por parte do Estado.

O ato público de ontem contou com várias denúncias de violências praticadas contra as comunidades indígenas e suas lideranças, como a entrega de terras potiguaras a usineiros do Nordeste e as lutas dos índios pataxós da Bahia e txucarramaens, no Xingu. No início, foi exibido um filme sobre o líder guarani Marçal, assassinado em novembro do ano passado. Ao final da sessão, as entidades, tendo à frente a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, e com a adesão de políticos e intelectuais, divulgou manifesto de protesto contra as alterações que vêm sendo introduzidas na legislação, "que anulam a capacidade jurídica do índio". O documento exige também uma reformulação da política indígena.

Estiveram presentes ao ato vários intelectuais e políticos.